

Tupi Energias Renováveis S.A.

(em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 01 de janeiro de 2025

Data, Hora e Local: Realizada em 01 de janeiro de 2025, às 10:00 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000. **Convocação e Presença:** O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral de Constituição de sociedade por ações a ser constituída sob a denominação de **Tupi Energias Renováveis S.A.** ("Companhia"), esclarecendo que, face ao disposto no artigo 124, § 4 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e tendo em vista a presença da totalidade dos subscritores do capital social da Companhia, foi dispensada a convocação da Assembleia, a saber: (i) **Ibitu Energia S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 31.908.280/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e (ii) **Ibitu Energias Renováveis S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.526/0001-84, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, conforme Boletim de Subscrição constante do **Anexo I** à presente ata. **Mesa:** Viviane de Oliveira Soares – Presidente; Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada Tupi Energias Renováveis S.A., e a determinação do endereço de sua sede social e de seu objeto social; (ii) a subscrição e a forma de integralização do capital social da Companhia; (iii) a aprovação da redação do Estatuto Social da Companhia; (iv) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (vi) a autorização para que os Diretores da Companhia a serem eleitos pratiquem todos os atos necessários à constituição e inscrição da Companhia perante os órgãos da administração pública e privada, conforme necessário. **Deliberações:** Após a leitura do recibo de depósito para constituição da Companhia, conforme exigido pelo artigo 80 da Lei das S.A. e análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os subscritores presentes deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) constituir uma sociedade por ações, denominada **Tupi Energias Renováveis S.A.**, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, cujo objeto social consistirá na (a) participação em quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, no Brasil ou no exterior, que atuem, direta ou indiretamente (a.i) no setor de energia; (a.ii) na realização de estudos, projetos construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; (a.iii) em concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração de aproveitamentos de potencial de energia; (a.iv) na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; (a.v) na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida na legislação aplicável; (b) a atuação direta nas atividades mencionadas no item (a); (c) a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas. (ii) declarar que o capital social da Companhia é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas emitidas ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, em conformidade com o Boletim de Subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo I**; aprovar, após a leitura e votação, o Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo II** à presente ata; (iii) nos termos do Estatuto Social ora aprovado, eleger para compor a Diretoria da Companhia, com mandato unificado de 3 (três) anos, os Srs: (i) **Paulo Alexandre Coelho Abranches**, português, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 33.069.604-8 (DETRAN/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 063.234.517-94, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, ao cargo de Diretor Presidente; (ii) **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 3644828 (SSP/GO), inscrito no CPF/MF sob o nº 857.242.111-49, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, aos cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; (iii) **Ricardo Vicentini de Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 15.420.507-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 177.555.428-74, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, ao cargo de Diretor Técnico; e (iv) **Viviane de Oliveira Soares**, brasileira, casada, advogada, portadora de cédula de identidade RG nº 30.697.510-5 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 296.470.988-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, ao cargo de Diretora Jurídica, conforme cópias dos termos de posse que integram a presente ata como **Anexo III**, que conferem com as versões originais lavradas em livro próprio. Os Diretores ora eleitos declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou de penas que devem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incursos em qualquer crime previsto em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei das S.A. (iv) não foi fixada remuneração para os administradores da Companhia para o presente exercício, a qual será deliberada oportunamente pelos acionistas da Companhia; (v) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos e tomar todas as demais providências necessárias à constituição e inscrição da Companhia perante os órgãos da administração pública e privada, incluindo a submissão a autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo Juntas Comerciais, secretarias federais, estaduais ou municipais. (vi) declarar, por fim, constituída a **Tupi Energias Renováveis S.A.**, para todos os fins de direito, de acordo com os termos ora aprovados. **Atas e Publicações:** Foi autorizada, pela unanimidade dos acionistas presentes, a elaboração da ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 10 da Lei das S.A., e a realização das publicações dos atos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei das S.A., no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Diário Comercial". **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a presente assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada pela unanimidade dos presentes e por todos assinada. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio, São Paulo, 01 de janeiro de 2025. Mesa: **Viviane de Oliveira Soares** – Presidente; **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos** – Secretário. **Visto da Advogada Responsável: Viviane de Oliveira Soares OAB/SP nº 223024. Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Tupi Energias Renováveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15.12.76 e modificações posteriores ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, podendo abrir, transferir ou encerrar filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (a) participação em quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, no Brasil ou no exterior, que atuem, direta ou indiretamente (a.i) no setor de energia; (a.ii) na realização de estudos, projetos construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; (a.iii) em concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração de aproveitamentos de potencial de energia; (a.iv) na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; (a.v) na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida na legislação aplicável; (b) a atuação direta nas atividades mencionadas no item (a); (c) a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II**

– Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000,00 (cem mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá, por deliberação dos órgãos competentes, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será convocada conforme previsto em lei, por meio de edital publicado com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação. **Parágrafo Único.** Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer diretor estatutário da Companhia ou, na sua ausência, pela por pessoa escolhida pela maioria dos acionistas votantes presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá o secretário da assembleia. **Artigo 9.** As assembleias gerais deverão se instalar, conforme quóruns de instalação previstos na Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro.** Em qualquer Assembleia Geral, qualquer detentor de ação com direito a voto terá direito a um voto por ação. O acionista que tiver algum conflito de interesse com os interesses da Companhia não poderá votar e não terá seu voto contabilizado na deliberação correspondente, nos termos do artigo 115, § 1º, da Lei das S.A. **Parágrafo Segundo.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas na forma do artigo 130 da Lei das S.A., as quais serão assinadas pelos integrantes da mesa e pelo menos por acionistas suficientes à formação da maioria, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis em relação aos acionistas que participem por meio digital, se for o caso. **Artigo 10.** As deliberações serão tomadas em Assembleia Geral pelo voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações representativas do capital social votante da Companhia presentes à assembleia, não se computando votos em branco, com exceção das matérias especiais, que exigem quórum maior, nos termos da Lei das S.A. **Parágrafo Único.** Sem prejuízo das disposições deste Estatuto Social e da Lei das S.A., as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação prévia da Assembleia Geral: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal (se instalado); (iv) fixar a remuneração global da administração; (v) alterar o Estatuto Social da Companhia; (vi) criar ou emitir qualquer nova classe de ações; (vii) aumentar ou reduzir o capital social da Companhia; (viii) emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, inclusive debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias e qualquer alteração, aditamento ou cancelamento de tais valores mobiliários; (ix) realizar qualquer alteração aos direitos ou privilégios inerentes a quaisquer ações da Companhia; (x) reduzir o dividendo mínimo; (xi) aprovar a transformação, cisão, incorporação, fusão, conferência (drop down) de ativos e passivos envolvendo a Companhia e qualquer forma de reorganização societária; (xii) grupamento, desdobramento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações ou de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, nos casos previstos na regulamentação aplicável, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (xiii) requerer a dissolução, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação da Companhia; (xiv) outorga das ações de emissão da Companhia em garantia de obrigações da própria Companhia em caso de endividamento; (xv) aprovar planos de opções de ações (stock option) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia; (xi) deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado; e (xvii) aprovar o Orçamento Anual e o Plano de Negócios da Companhia, e quaisquer revisões periódicas destes. **Capítulo IV – Administração. Artigo 11.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor Jurídico e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, todos eleitos, substituídos e destituídos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** O eventual exercício, por qualquer membro da Diretoria, de qualquer direito de voto, durante as reuniões da Companhia, de forma contrária às disposições deste Estatuto Social, acarretará a nulidade da respectiva deliberação. **Parágrafo Terceiro.** Os membros da Diretoria da Companhia serão investidos em seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio, nos termos do artigo 149 da Lei das S.A. e da regulamentação aplicável. **Artigo 12.** Os membros da Diretoria deverão (i) ser profissionais que atendam aos requisitos de qualificação necessários para o cargo e desempenho de suas respectivas funções; e (ii) cumprir integralmente as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução, salvo se decidido de forma diversa pelos acionistas representando a maioria absoluta dos votos. **Parágrafo Segundo.** Os diretores assumirão seus respectivos cargos mediante a assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e permanecerão em seus cargos até a eleição de seus substitutos. **Parágrafo Terceiro.** Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto em lei. **Artigo 13.** No caso de ausência ou impedimento temporários de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento superveniente, invalidez ou ausência injustificada, ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de qualquer dos Diretores, será convocada assembleia geral, dentro de 5 (cinco) dias a partir da data de vacância, para preenchimento do cargo e o substituto completará o mandato do substituído. Até a realização da referida assembleia, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função. **Artigo 14.** Os diretores terão poderes para (i) administrar e conduzir os negócios da Companhia, podendo tomar as ações necessárias ou convenientes para esse fim, exceto aquelas que, por disposições legais ou por disposições deste Estatuto, sejam atribuídas à Assembleia Geral; (ii) representar a Companhia perante terceiros, para obter direitos e contratar obrigações; e (iii) outorgar procuração, nos termos do Artigo 20, Parágrafo Único. **Artigo 15.** Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social: (i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (ii) zelar para que a Diretoria cumpra as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e (iv) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social. **Artigo 16.** Compete ao Diretor Financeiro, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social: (i) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; (ii) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; (iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia; e (iv) preparar as demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 17.** Compete ao Diretor Técnico: (i) planejar e administrar todos os negócios e atividades técnicas a serem desempenhadas pela Companhia; (ii) coordenar o desenvolvimento e a condução das ações de interesse da Companhia; (iii) zelar pela continuidade e qualidade dos serviços e atividades da Companhia; (iv) planejar e coordenar os projetos e a execução das atividades da Companhia. (v) opinar e acompanhar, e decidir, em conjunto, com as áreas pertinentes às atividades relativas aos assuntos regulatórios e institucionais. **Artigo 18.** Compete ao Diretor Jurídico: (i) formular, coordenar e executar ações e procedimentos jurídicos corporativos da Companhia; (ii) acompanhar as matérias relacionadas às normas aplicáveis à companhia aberta; (iii) coordenar e supervisionar os aspectos jurídicos dos contratos e/ou negócios estratégicos das unidades de negócios da Companhia; (iv) coordenar, planejar e supervisionar os aspectos jurídicos dos projetos corporativos, estruturas de governança corporativa e operações societárias; e (v) avaliar e dar parecer sobre questões de compliance que lhe sejam submetidas, bem como participar de grupos e ou comitês relacionados aos temas de compliance e governança corporativa. **Artigo 19.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas

no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às eventuais bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro da Companhia perante a CVM. **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos, e, observada necessidade de aprovação prévia dos acionistas, conforme estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 10 acima, deverá ser exercida por 2 (dois) membros da Diretoria, agindo em conjunto. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes concedidos e ter um prazo de validade determinado, que não poderá exceder 1 (um) ano, exceto aquelas para fins judiciais, que poderão ser válidas por prazo indeterminado. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 21.** O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente, o qual poderá ser instalado a qualquer momento mediante solicitação de qualquer acionista, nos termos estabelecidos pela Lei das S.A. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e número igual de membros suplentes, eleitos pela assembleia geral com mandato de 1 (um) ano, sendo admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Quando estiver em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições que lhe são conferidos pela Lei das S.A. **Parágrafo Segundo.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger. **Parágrafo Terceiro.** A investidura dos membros do Conselho Fiscal será realizada mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, o qual fornecerá as informações exigidas por lei, dentro de 30 (trinta) dias seguintes à sua eleição. **Capítulo VI – Exercício Social e Destinação dos Lucros. Artigo 22.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro.** As demonstrações financeiras anuais da Companhia deverão ser objeto de auditoria por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, de acordo com as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro.** De acordo com o disposto no artigo 202 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social, o lucro líquido da Companhia apurado em cada exercício será destinado da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento), para constituição da reserva legal, de acordo com a Lei das S.A.; (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, a título de dividendo obrigatório aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações, sendo o lucro diminuído ou acrescido dos valores previstos nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei das S.A.; e (iii) O saldo remanescente será objeto de proposta dos órgãos da administração para a Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais e declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio com base no saldo de lucros acumulados verificado em tais balanços; (ii) levantar balanços referentes a períodos inferiores a um semestre, e declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio com base no saldo de lucros acumulados verificado em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda a soma dos saldos das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A. e das reservas de lucro; e (iii) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos, intermediários ou intercalares, e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 23.** A Companhia será dissolvida, entrará em liquidação e será extinta nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal por todo o período de liquidação, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, conforme estabelecido nos artigos 208 e seguintes da Lei das S.A. **Capítulo VIII – Arbitragem e Disposições Gerais. Artigo 24.** As Partes enviarão seus melhores esforços para resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social de forma amigável. Caso não seja possível chegar a uma solução amigável, as partes envolvidas concordarão que qualquer disputa, controvérsia ou reclamação decorrente, relacionada ou em conexão a este Estatuto Social, incluindo todas as questões relativas à sua existência, validade, efetividade, violação, interpretação, rescisão e suas consequências ("Disputas") serão finalmente resolvidas por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96 ("Lei da Arbitragem"), e nos termos das seguintes disposições. **Parágrafo Primeiro.** Qualquer Disputa entre os acionistas ou deles contra a Companhia, ou envolvendo seus administradores e membros do Conselho Fiscal relativa a este estatuto social ou à Companhia será submetida à arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara") de acordo com suas Regras de Arbitragem, conforme vigente no momento do pedido de arbitragem ("Regras"), exceto como eles puderem vir a ser modificados aqui ou por mútuo acordo entre as Partes. **Parágrafo Segundo.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral será proferida. Os árbitros não terão poder para decidir segundo a equidade. **Parágrafo Terceiro.** O tribunal arbitral deverá incluir 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), um nomeado pela parte suscitante ou as partes suscitantes em conjunto; e outro, pela parte suscitada ou partes suscitadas em conjunto. Dentro dos 15 (quinze) dias da sua confirmação pela Câmara, os dois árbitros nomeados pelas partes deverão nomear o terceiro árbitro que também atuará como árbitro-presidente. Se alguma das partes ou os árbitros nomeados pelas partes deixar de designar um árbitro, a nomeação será feita de acordo com as Regras. **Parágrafo Quarto.** Todos os custos e despesas do processo arbitral serão arcados pelas partes igualmente durante todo o processo de arbitragem. A sentença arbitral deverá então atribuir à sucumbente, ou a ambas as partes, proporcionalmente ao seu sucesso relativo em suas reivindicações e pedidos reconventionais, os custos e despesas de arbitragem, incluindo honorários advocatícios extracontratuais. Outras despesas como honorários advocatícios contratuais, honorários de especialistas, despesas gerais e quaisquer outros custos incorridos pelas partes para argumentar seu caso não serão reembolsados. **Parágrafo Quinto.** Sem prejuízo a este acordo de arbitragem, as Partes escolhem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja – como os tribunais com jurisdição exclusiva para os únicos fins de (i) garantir o início do processo arbitral; e (ii) conceder medidas conservatórias e provisórias antes da constituição do Tribunal Arbitral. Qualquer medida provisória concedida por uma autoridade judicial será prontamente informada pela parte requerente na Câmara e poderá ser confirmada, alterada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral assim que for constituída. **Parágrafo Sexto.** Uma vez devidamente constituído, o Tribunal Arbitral terá jurisdição exclusiva em relação a quaisquer medidas conservatórias ou provisórias. **Parágrafo Sétimo.** A sentença arbitral será definitiva e, como quaisquer providências e medidas provisórias proferidas pelo Tribunal Arbitral, serão juridicamente vinculativas para as Partes e seus sucessores, e poderão ser impostas em qualquer tribunal que tenha sua jurisdição ou que tenham jurisdição sobre a parte relevante e/ou qualquer dos seus ativos. **Parágrafo Oitavo.** A arbitragem será confidencial e as partes não divulgarão a terceiros quaisquer informações ou documentos produzidos na arbitragem que não estejam sob domínio público, nem qualquer evidência ou material criado para fins de arbitragem, ou qualquer ordem ou sentença arbitral emitida ou proferida na arbitragem, exceto, e na medida em que tal divulgação seja exigida (i) por lei ou regulamento, (ii) para proteger ou perseguir um direito legal, (iii) para impor ou impugnar um pedido ou sentença perante uma autoridade judicial competente; ou (iv) para obter aconselhamento ou conselho de seus assessores legais, regulamentares, financeiros, contábeis ou similares. Todas e quaisquer controvérsias relacionadas com as obrigações de confidencialidade aqui contidas serão finalmente resolvidas pelo Tribunal Arbitral. **Artigo 25.** No caso de a Companhia realizar uma oferta pública de ações, a Companhia deverá aderir ao setor especial da bolsa de valores ou de uma entidade de mercado de balcão organizada que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Parágrafo Único.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social na forma do artigo 118 da Lei das S.A., cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral não computar o voto proferido com infração de acordo de acionistas devidamente arquivado. **Artigo 26.** Os casos não tratados neste Estatuto Social serão resolvidos mediante a aplicação de disposições legais vigentes, incluindo as normas emitidas pela CVM, e, se de outra forma, por resolução da Assembleia Geral. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.656.253 em 27/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CNPJ nº 12.787.333/0001-91 - NIRE 35.300.508.661

Frederico Cristiano Napolini Viente - Presidente; **Felipe Gustavo Napolini Viente** - Secretário. **Acionistas**
Presentes: A presença dos Acionistas é certificada nesta ata da assembleia geral isoladamente pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. São Paulo, 06 de novembro de 2024. JUCESP nº 49.599/25-2 em 05/20/2025.
Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CNPJ nº 08.925.999/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Lucros e dividendos		4.635.928,00 C
Receitas não operacionais	TOTAL:	4.635.928,00 C
Despesas bancárias		1.447,05 D
Despesas financeiras	TOTAL:	1.447,05 D
Lucro		4.634.480,95 C

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

janeiro de 2025. (ass.): **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Presidente da Mesa; **Sandro Morais Nogueira** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 48.241/25-8 em 03/02/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

CNPJ nº 39.614.927/0001-57

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31/12/2023 conforme documentação apresentada. **Pedro Silva Issa**, Administrador; **Jose Macedo Reis**, Contador - CT/CRC: 1SP088744/O-2.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

